

**1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS**  
**SOCIEDADE, CONHECIMENTO E POLÍTICAS**

**Os serviços nas áreas rurais:  
novos modos de vida ou novas formas de ruralidade?**

**Teresa Alves<sup>1</sup>**

Centro de Estudos Geográficos  
Universidade de Lisboa

As áreas rurais continuam a ser encarados como espaços marginais com graves problemas estruturais, como a diminuição da população, a carência de actores capazes de valorizarem os recursos endógenos e a ausência de dinâmicas de desenvolvimento. As transformações das últimas décadas, todavia, não só alteraram os espaços urbanos como condicionaram de forma sensível o papel das áreas rurais contribuindo para que estas não possam continuar a ser vistas como espaços à margem das transformações sociais, económicas e políticas. O território não é constituído por unidades estanques, o que se passa num determinado lugar vai afectar os outros lugares, estimulando ou inibindo processos de desenvolvimento.

A divisão tradicional em que a produção de produtos primários, alimentos ou matérias-primas, cabia às áreas rurais e os serviços e a indústria eram essencialmente funções das áreas urbanas, vai-se tornando obsoleta. As áreas rurais há muito que deixaram de poder ser associadas exclusivamente à agricultura, pois os espaços consagrados à habitação, à indústria e aos serviços, não param de crescer, contribuindo para a formação de territórios multifuncionais onde assistimos ao desenvolvimento de novas formas de trabalho a novos tipos de emprego.

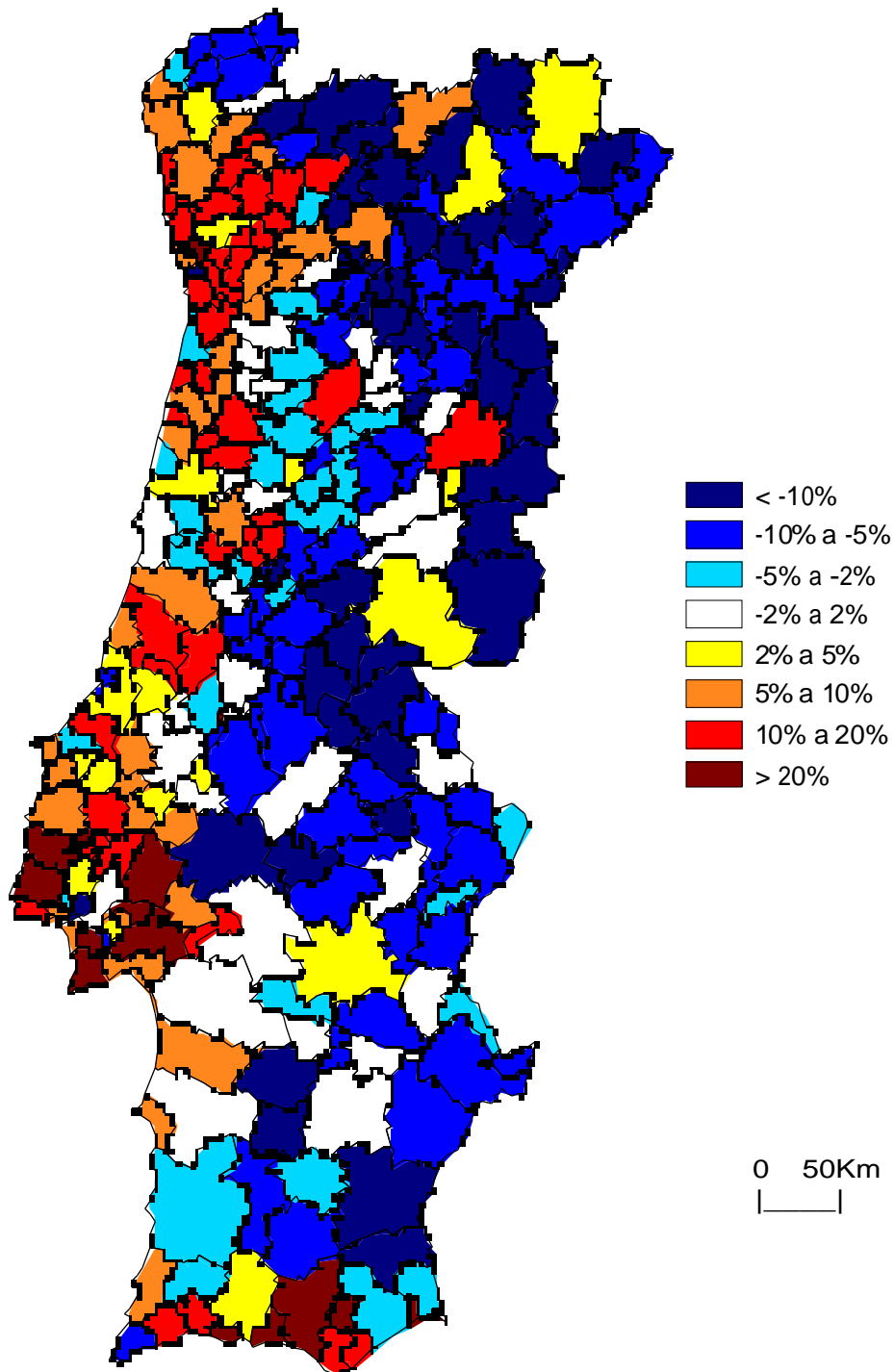
Muitas destas mudanças são o resultado de um novo modelo de organização do espaço que se caracteriza pela intensificação das trocas entre os diversos tipos de territórios, o que induziu a mutações significativas em domínios como a repartição da população, a localização das actividades económicas ou a distribuição das infra-estruturas e dos equipamentos. Um dos aspectos mais evidentes é a crescente terciarização das áreas rurais em consequência de processos tão variados como: os movimentos de população, as transformações na agricultura, a procura de novas opções para os espaços da vida quotidiana ou a emergência de novas relações sócio-culturais.

---

<sup>1</sup> E-mail: ip226226@ip.pt

Mapa 1

**Varição da População, por Concelho, em Portugal Continental,  
1991/2001**



Fonte: INE

## 1. Os movimentos da população

Desde há várias décadas que as áreas rurais<sup>2</sup> em Portugal têm vindo a perder população residente. Para tal contribuiu o deficiente desenvolvimento económico e social que pautou durante anos a evolução destas regiões.

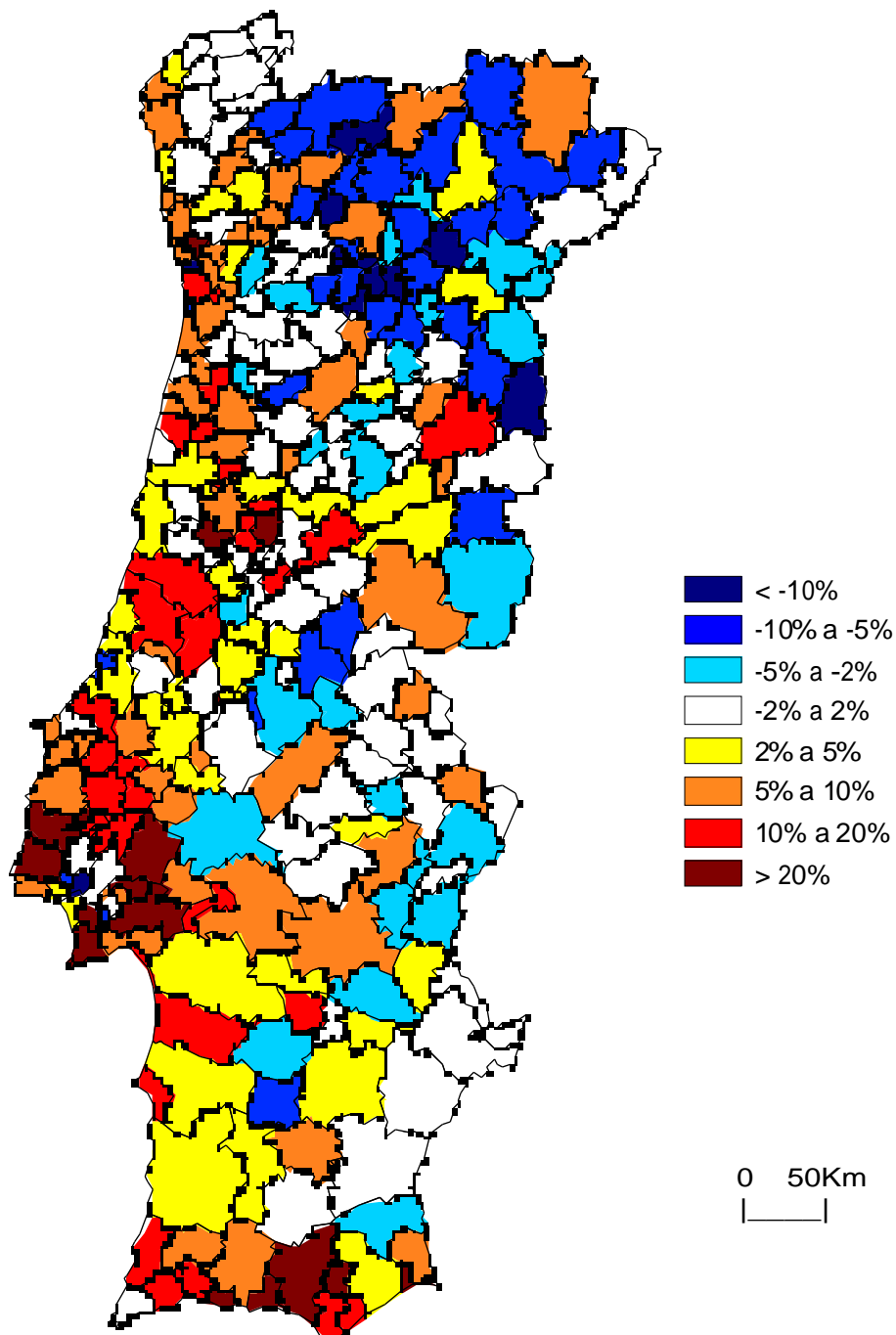
De acordo com os resultados preliminares do último censo, de 1991 para 2001, a queda da população residente manteve-se na maior parte dos concelhos das áreas rurais. Contudo, um conjunto apreciável de concelhos conseguiu inverter esta tendência (mapa 1). Um primeiro grupo é constituído por concelhos rurais ao longo da faixa litoral mais desenvolvida como: Ponte de Lima, Baião, Marco de Canaveses, Castelo de Paiva, Arouca, Anadia, Cantanhede, Penacova, V. Nova de Poiares, Miranda do Corvo, Pombal, Cadaval, Bombarral ou Aljezur. Um segundo conjunto é constituído por concelhos localizados no interior ou em áreas menos desenvolvidas como: Cabeceiras de Basto, Chaves, Mirandela, Vila Nova de Paiva, Satão, Penalva do Castelo, Celorico da Beira, Covilhã, Fundão, Ponte de Sor, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Alcácer do Sal, Grandola, Estremoz, Reguengos, Vidigueira ou Alvito. Por fim concelhos que incluem cidades que já foram sedes de distrito como: Bragança, Vila Real, Guarda, Castelo Branco e Beja. Estes concelhos beneficiaram de saldos migratórios elevados o que permitiu compensar a fraqueza dos saldos naturais, que na maior parte dos casos foram negativos (mapas 2 e 3).

A população residente nas áreas rurais está a modificar-se. Se por um lado, deparamos com o crescimento da idade média da população residente, por outro constatamos que outros tipo de movimentos conduzem novas populações às áreas rurais, alterando substancialmente os perfis da população residente e, em particular, os níveis de procura de determinados serviços. Para avaliar estas mudanças vamos centrar a análise sobre a Região Centro.

---

<sup>2</sup> O conceito de rural utilizado neste caso é essencialmente físico pois baseamo-nos na reduzida dimensão populacional, na baixa densidade de construção e numa paisagem em que dominam actividades agrícolas. O que, contudo, não significa que a principal fonte de rendimento das populações tenha de ser a agricultura.

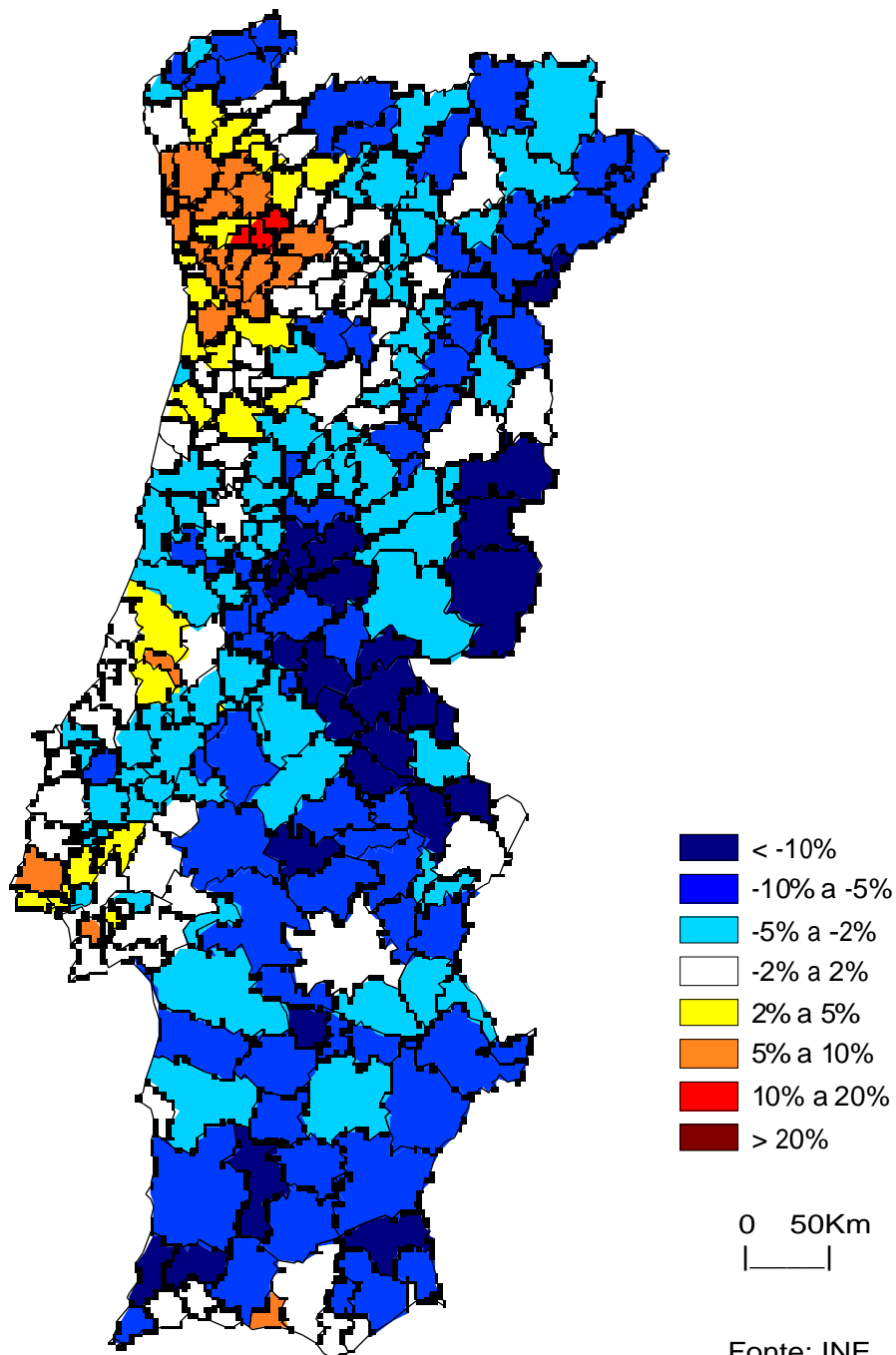
**Mapa 2**  
**Saldo Migratório, por Concelho, em Portugal Continental**  
**1991/2001**



Fonte: INE

Mapa 3

Saldo Natural, por Concelho, em Portugal Continental  
1991/2001



*i) O envelhecimento da população*

Em termos gerais as áreas rurais caracterizam-se por um acentuado envelhecimento, mas tal facto não se deve apenas à saída da população mais jovem, mas também ao crescimento da longevidade das pessoas. Este aspecto pode ser considerado um indicador de qualidade de vida pois os residentes em áreas rurais apresentam hoje uma esperança de vida muito elevada, o que se relaciona com o tipo de vida, mais calma do que nas áreas urbanas e a qualidade da dieta alimentar, menos dependentes dos produtos industrializados. Se no passado havia diferenças entre a esperança de vida dos habitantes em meios urbanos e dos habitantes em meio rural, em favor dos primeiros, hoje a situação tem tendência para se inverter.

**Serviços de segurança social e de saúde, freguesias servidas na Região Centro**

Tipos de Funções		Freguesias servidas 1998		Variação 1994-98
		Nº	%	%
Segurança Social	Lar da 3ª idade	248	22,4	35,5
	Centro de Dia	464	41,8	64,8
	Refeições ao domicílio	258	23,3	-
Saúde	Centro de Saúde	108	9,9	0,0
	Consultório Médico	341	33,8	43,9
	Farmácia	412	37,2	6,5
	Extensão de Centro de Saúde	580	52,3	-
	Posto de Enfermagem	142	12,8	27,9
	Serviço de Análises Clínicas	234	21,1	75,9

Fonte : INE

A par com as mudanças na estrutura etária da população residente assistimos a transformações sociais que se traduziram numa maior equidade na repartição dos serviços destinados ao consumo final. Assim, verificamos na Região Centro, entre 1994 e 1998, a expansão dos serviços relacionados com a saúde e a segurança social, em virtude quer da necessidade de fazer chegar os serviços às populações, quer do alargamento da procura devido ao processo de envelhecimento populacional. Numa

primeira fase cresceram os serviços públicos, mas as dinâmicas mais fortes centram-se agora nos serviços privados (consultórios médicos e serviços afins) ou nos

serviços da economia social (centros de dia ou refeições ao domicílio). Esta situação tem consequências visíveis na reestruturação das actividades económicas, contribuindo de maneira evidente para a terciarização das regiões.

*ii) As migrações definitivas – os reformados regressam ao espaço rural*

Nos últimos anos assistimos ao retorno às áreas rurais de pessoas que nos anos 40 e 50 tinham saído na direcção das áreas mais desenvolvidas do litoral. São reformados que ao longo da vida activa nunca perderam a ligação às origens e que, uma vez possível, prolongam as estadias. Por vezes, a necessidade de deixar a casa da cidade para os filhos faz com o regresso assuma uma forma mais definitiva. O impacto desta população sobre as regiões manifesta-se de diversas formas. O crescimento dos alojamentos em áreas rurais em declínio populacional são um dos indicadores deste processo (mapa4).

A construção ou a reconstrução da casa da família dinamiza o mercado local da construção civil, ramos do comércio associados aos materiais de construção, ao mobiliário ou aos electrodomésticos, e, simultaneamente os serviços relacionados com os projectos de engenharia e arquitectura.

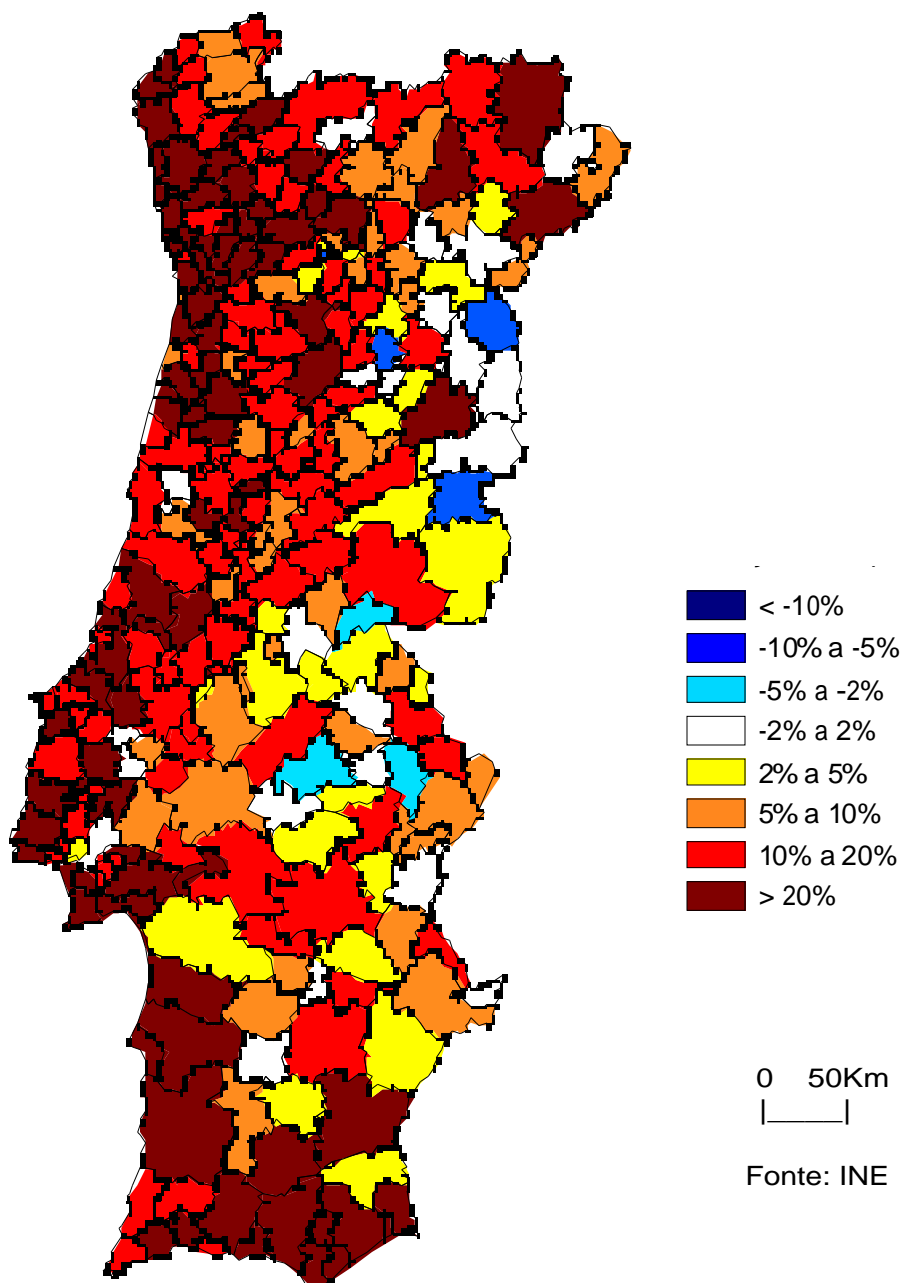
**Serviços de distribuição, freguesias servidas na Região Centro**

Tipos de Funções		Freguesias servidas 1998		Varição 1994-98
		Nº	%	%
Serviços de distribuição relacionados com construção e equipamento doméstico	Mat de construção, ferramentas	577	52,0	1,4
	Materiais eléctricos	496	44,7	-
	Electrodomésticos	490	44,2	1,3
	Artigos de iluminação	544	49,1	-
	Louças e utilitários domésticos	585	52,8	-
	Quadros e molduras	330	29,8	-
	Rádio, TV, Hi-Fi	440	39,7	-
	Móveis	464	41,8	2,1

Fonte : INE

Mapa 4

Varição dos Alojamentos, por Concelho, em Portugal Continental  
1991/2001





Por outro lado, são pessoas com algum poder de compra e hábitos de consumo que estimulam positivamente diversas actividades de comércio e de restauração. Em virtude da idade já avançada desta população os serviços de saúde e mesmo os de segurança social associados à população idosa tendem a crescer para satisfazer a procura.

Estas funções de serviços comerciais tendem, de um modo geral, a surgir na Região Centro com um padrão de repartição pelas freguesias bastante disperso, pois em muitos casos estão presentes em mais de 50% destas, o que traduz a sua presença em muitos lugares com características rurais.

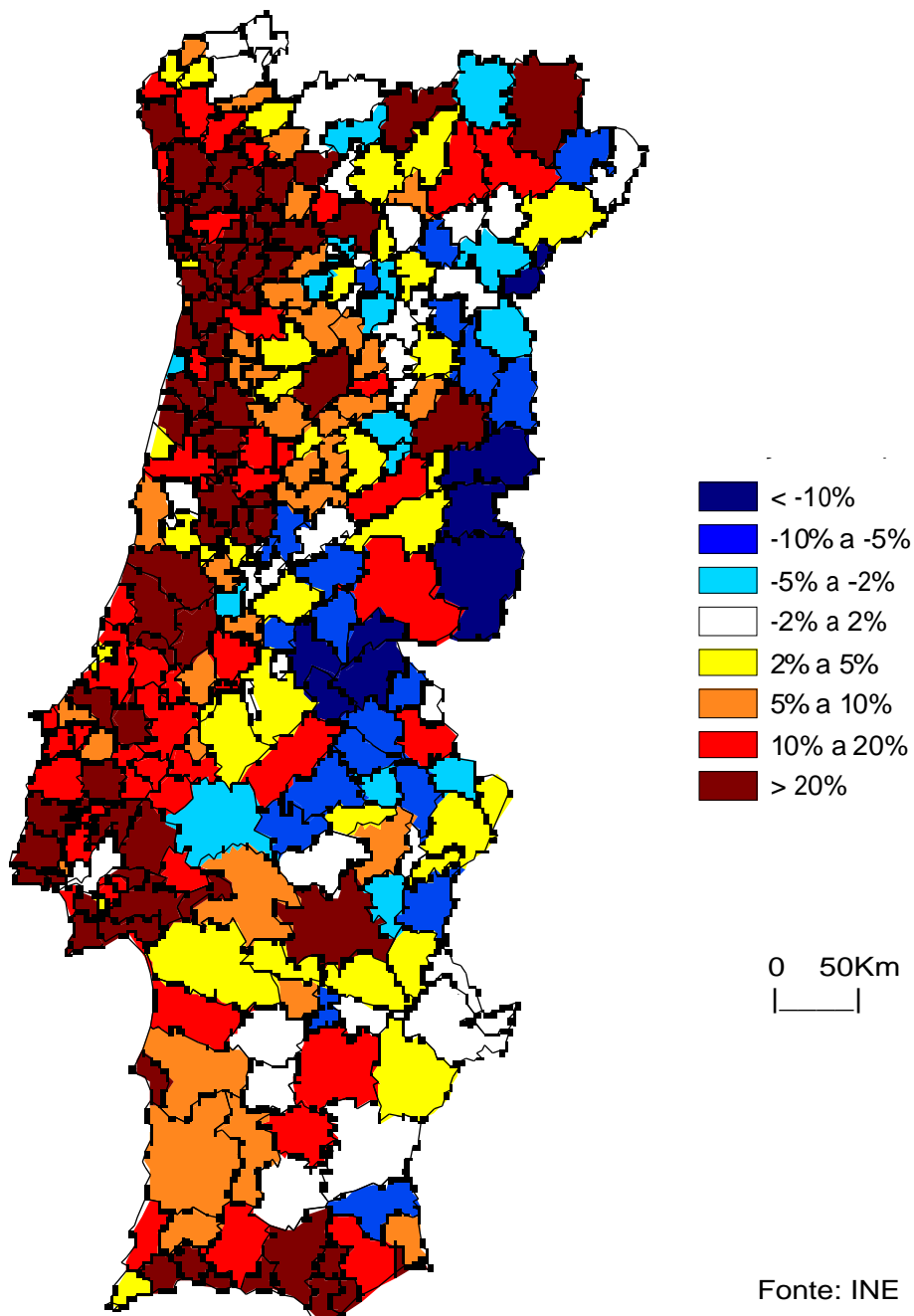
*iii) As migrações pendulares – já não é necessário viver próximo do local de trabalho*

O transporte privado permite a separação crescente entre os locais de residência, cada vez mais dispersos, e os locais de trabalho cada vez mais concentrados. Assim, determinadas áreas rurais, particularmente, as mais acessíveis aos grandes centros urbanos, são objecto de uma pressão crescente do imobiliário que se manifesta na especulação e na construção de novos empreendimentos destinados a populações urbanas. Estes investimentos, em princípio destinados a segundas residências, tendem cada vez mais a satisfazer uma procura mais ou menos qualificada de habitações permanentes.

Os impactes em termos de diversificação das actividades económicas locais são variáveis, pois pode ir-se da integração muito forte ao total alheamento. No caso dos condomínios privados a prestação de serviços é realizada na quase totalidade dentro do empreendimento, sem relação directa com a realidade envolvente, a não ser pela hipotética criação de postos de trabalho em funções mais ou menos desqualificadas como a limpeza, a segurança e a manutenção dos espaços verdes. As funções de serviços mais qualificadas são, em geral prestadas por empresas em regime de subcontratação ou em franchising, com sede nas grandes cidades.

Mapa 5

Varição das Famílias, por Concelho, em Portugal Continental  
1991/2001

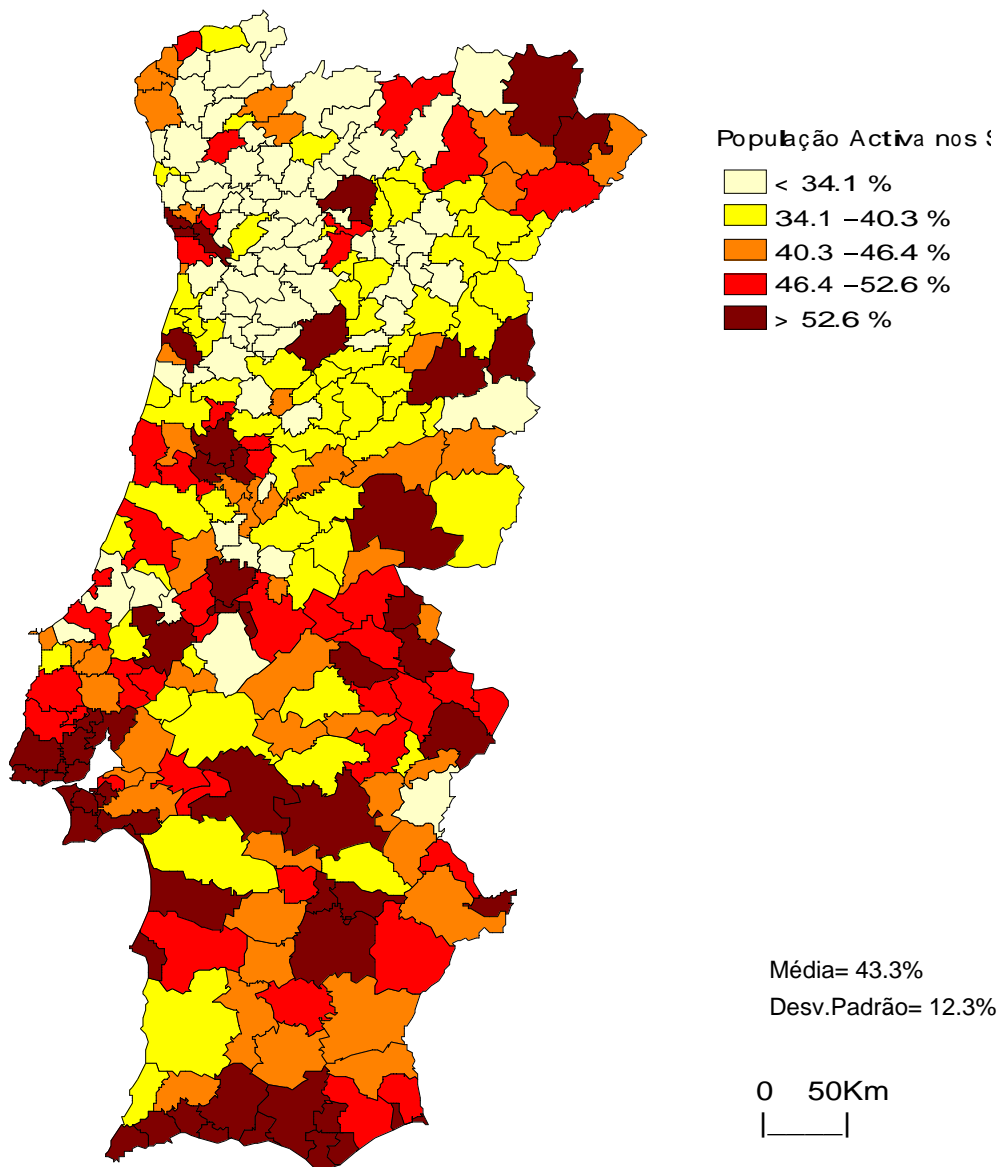


O ordenamento destes espaços é, sobretudo, importante de modo a acautelar as pressões decorrentes não só da carga excessiva de construção e de população sobre cada área, mas também pelas discontinuidades físicas que introduzem no território, capazes de gerarem desequilíbrios naturais (arranque de árvores, poluição de aquíferos, etc.), mas também sociais pela criação de barreiras à circulação de pessoas e de gado.

Noutros casos, o desenvolvimento das acessibilidades permite procurar uma residência permanente longe do bulício da cidade, mas integrada num padrão de organização do espaço mais tradicional (numa aldeia, numa vila ou isolada em meio rural). Esta opção prende-se com comportamento de maior integração com o meio envolvente e promotores do desenvolvimento das actividades locais, da construção ao comércio alimentar. Facto tanto mais frequente pois entre as razões que levam a este investimento fora dos grandes centros urbanos está a procura de modos de vida mais saudáveis, nomeadamente ao nível da alimentação.

Estes processos traduzem-se não só no crescimento do número de alojamentos, mas sobretudo na expansão das famílias residentes (mapa 5). De 1991 para 2001, e de acordo com os resultados preliminares do Censo, verificamos que muitas das áreas rurais em declínio demográfico revelam expansão destes dois indicadores o que põe em evidência mudanças muito mais vastas do que mero saldos de população. Por um lado, os jovens ao constituírem uma nova família, não abandonam os locais de residência habitual – os saldos migratórios até tendem a ser positivos – e procuram uma habitação independente da dos pais – mudanças sociais associadas a famílias mononucleares que se traduzem em menor número de filhos e na procura de serviços pessoais fora do agregado doméstico – creches, restauração, etc.. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de determinados serviços nestas áreas atraem novos residentes que aqui vão encontrar empregos – saúde, educação, administração, etc.. Já em 1991, muitos dos concelhos localizados nas áreas rurais tinham como principal sector de actividade da população residente os serviços (mapa 6).

**Mapa 6**  
**População residente activa nos serviços, 1991**



Fonte: INE

## 2. As mudanças na agricultura

### *i) Diminuição massiva dos activos agrícolas*

Em termos económicos as áreas rurais tendem a ser cada vez menos dominadas pelos empregos ligados à exploração directa dos recursos naturais. A agricultura reestruturou-se de modo a responder às mudanças nacionais e internacionais, assumindo formas de produção cada vez menos consumidoras de força de trabalho. A externalização de funções, a montante, durante e após o processo de produção propriamente dito, começa a dinamizar segmentos dos serviços de apoio à produção. O declínio do emprego nas actividades primárias, o aumento de diversas formas de mecanização e o desenvolvimento dos serviços de apoio à produção são os indicadores mais evidentes destes processos.

### **Estrutura da população residente activa nos concelhos não metropolitano, Portugal, 1981 e 1991**

	<b>Agricultura Pesca %</b>	<b>Indústria %</b>	<b>Construção O. Púb. %</b>	<b>Serviços %</b>
<b>Total –1991</b>	15.8	28.8	14.0	41.4
<b>Total –1981</b>	30.7	24.8	13.9	30.6
<b>Varição 81-91 (%)</b>	-44.8	24.2	7.5	44.5

Fonte : INE

Em virtude deste declínio dos activos agrícolas a importância dos serviços reforça-se passando a ser o principal sector de actividade económica em muitos concelhos que podemos classificar como rurais quer pela dimensão humana quer pela densidade de ocupação e habitação.

### *ii) Os progressos das ciências e das tecnologias e o desenvolvimento dos serviços de apoio à produção agrícola*

Nas áreas onde as condições naturais, sociais, económicas e políticas permitem uma agricultura competitiva, mais dependente da incorporação de saber do que das questões ambientais, mantém-se o incremento da intensificação de modo a aumentar

**Serviços de apoio à actividade agrícola, freguesias servidas na Região Centro**

Tipos de Funções		Freguesias servidas 1998		Variação 1994-98
		Nº	%	%
Serviços de apoio à produção agrícola	Loja de Abastecimento Agrícola	710	64,0	22,4
	Alfaias e máquinas agrícolas	345	31,1	-
	Reparação de Máquinas Agrícolas	470	42,5	-
	Serviços veterinários	146	13,2	135,5

Fonte : INE

a escala de produção. Nas áreas com maiores potencialidades agrícolas a superfície cultivada com pomares de frutos frescos, cereais de regadio ou horto-floricultura tende a crescer. A paisagem mantém o carácter rural, mas uniformiza-se. O sucesso da unidade depende cada vez mais da incorporação de bens imateriais que são consumidos de forma intermédia e constituem o suporte de desenvolvimento de alguns serviços de apoio à produção: serviços técnicos ligados à mecanização de certas fases da produção; serviços fito-sanitários; serviços veterinários; contabilidade; projectos e engenharia, etc..

Tal como nas restantes actividades o desenvolvimento da agricultura manifesta-se por um processo de desmaterialização dos processos produtivos que se reveste de características muito próprias. O facto de a dependência do meio ser ainda determinante para a obtenção de determinadas características que conferem aos produtos da agricultura diversidade, a localização da unidade é fundamental. Por exemplo, não é possível produzir carne certificada como barrosã no Alentejo, pois para além do facto destas espécies autóctones de bovinos estarem adaptadas a determinado tipo de meio físico, o tipo de pastos diferentes não permitiriam a obtenção de determinadas características no produto final (sabor, textura, etc.). Simultaneamente, o investimento médio de cada agricultor tende a crescer o que aumenta o risco da actividade e impõe a necessidade de uma gestão e organização da produção cada vez mais profissional o que não se compadece com o autodidatismo do passado.

### **3. Inovações tecnológicas, efeitos sociais e novas opções para os espaços de vida**

As condições sociais e económicas que permitiram a generalização de uma série de inovações tecnológicas traduziram-se no desenvolvimento de novas oportunidades para a terciarização das áreas rurais. Situação que se manifesta quer pela transformação da estrutura da população residente, quer pelo incremento de novas actividades ou pela reconversão das mais antigas. Entre as estas inovações estão: a vulgarização dos meios de transportes individuais, a melhoria da produtividade do trabalho que conduz ao crescimento do tempo de lazer e o desenvolvimento das tecnologias de informação.

#### *i) A vulgarização dos meios de transportes individuais*

O crescimento da mobilidade da população contribuiu de forma decisiva para que as opções em termos dos espaços de vida se tenham alargado de uma forma muito clara nas últimas décadas.

Na escolha do local de residência os factores económicos são fundamentais. A escolha da localização da residência depende acima de tudo do preço da habitação. Este, em geral, vai decrescer à medida que nos afastamos do centro dos aglomerados urbanos.

O crescimento do poder de compra das populações, a par com a diminuição do custo do crédito à habitação, permitiu que um número crescente de famílias realizasse o seu sonho de melhorar as condições de habitação. O espaço médio disponível por habitante aumentou, o que se traduziu no crescimento da dimensão média das habitações, tornando-as mais caras e, conseqüentemente, afastando para fora do centro das cidades as populações ou com menores disponibilidades financeiras – expansão de subúrbios/dormitórios – ou que procuram outro tipo de habitação – unifamiliar de grande dimensão.

O desenvolvimento das redes de comunicação afectou de forma clara a escolha da localização de habitação que pode estar muito distante em termos físicos do local de trabalho, mas que a mobilidade acrescida, resultante da generalização dos meios de transporte individual, transforma numa distância curta em termos de tempo.

Os reflexos deste processo tanto se sentem nas periferias das grandes cidades como Lisboa ou Porto, como nas cidades médias como Coimbra, Viseu ou Évora, como em aglomerados mais pequenos em áreas rurais. Neste caso um aspecto determinante é a posse de um terreno para construir. Nas áreas onde predomina a pequena propriedade fundiária a dispersão das habitações cresce à medida que as famílias se expandem e a facilidade de mobilidade cresce. O desenvolvimento dos transportes escolares, suportados pelas autarquias locais, supera o constrangimento do custo de viver na aldeia para frequentar o ensino obrigatório. A banalização dos meios de transportes privados liberta os movimentos e permite novas opções de residência.

À dispersão dos lugares de residência, nem sempre corresponde a dispersão dos locais de emprego, assim a pendulação pode ter efeitos não muito positivos no desenvolvimento das actividades de serviços, pois estes podem ser adquiridos preferencialmente junto ao local de trabalho. Determinados serviços, contudo, surgem junto às áreas de residência como: educação, segurança social, administração local, serviços de saneamento básico. São serviços que revelam uma grande proximidade aos locais de residência.

#### **Serviços de educação e segurança social, freguesias servidas na Região Centro**

Tipos de Funções		Freguesias servidas		Variação 1994-98 %
		Nº	%	
Educação	Educação Pré-Primária (pública)	791	71,3	10,2
	Ensino Básico Público 1º Ciclo	1066	96,1	-0,5
Segurança Social	Creche	367	33,1	21,7
	Jardim de Infância	568	51,2	12,1

Fonte : INE

Um dos indicadores destas mudanças é a expansão dos serviços de apoio às crianças antes da idade da escolaridade obrigatória. O tipo de família em meio rural apresenta hoje características completamente diferentes do passado. As famílias deixaram de ser polinucleares e as mulheres trabalham fora de casa a maior parte do dia. Este perfil familiar, contudo, não surge apenas no seio dos novos habitantes das áreas rurais, mas também entre os casais mais jovens que sempre viveram nestas áreas.



*ii) A melhoria da produtividade do trabalho e o crescimento do tempo de lazer*

O aumento da produtividade, ou seja a obtenção de um determinado produto com menor investimento, significa na cidade e em relação ao factor trabalho, maior disponibilidade de tempo para lazer, e, ao mesmo tempo, um aumento do rendimento disponível para consumir o que cria novas necessidades. Para satisfazer estas necessidades a população urbana, frequentemente, recorre ao espaço rural onde se localizam as segundas habitações ou as estâncias de lazer.

O aumento de produtividade nas áreas rurais significa, por sua vez, a diminuição da população activa agrícola e um aumento do espaço disponível para actividades não agrícolas. A população que abandona a actividade agrícola muda de actividade, mas pode continuar a viver em meio rural, alterando o perfil produtivo e o modo de vida da população residente. Os terrenos menos férteis, mais marginais, são abandonados, nas áreas mais férteis surgem, por vezes, conflitos de utilização do solo.

Em resultado destas mudanças a estrutura das actividades económicas em meio rural tende a diversificar-se com o surgimento de unidades ligadas à prestação de serviços relacionados com a ocupação do tempo de lazer.

**Serviços de lazer, freguesias servidas na Região Centro**

Tipos de Funções		Freguesias servidas 1998		Variação 1994-98 %
		Nº	%	
Serviços de lazer	Restaurante	606	54,6	5,4
	Pousada ou Estalagem	34	3,1	-10,5
	Pensão	214	19,3	-7,0
	Hotel	75	6,8	29,3
	Hotel-Apartamento	18	1,6	-
	Parque de Campismo, Caravanismo	65	5,9	6,6
	Turismo no Espaço Rural	126	11,4	8,6

Fonte : INE

Em termos de serviços na Região Centro, entre 1994 e 1998, as funções relacionadas com o turismo cresceram, particularmente, as associadas a formas mais qualificadas, veja-se a expansão dos hotéis e do turismo em espaço rural em face da diminuição das pensões. Outro aspecto é a expansão de segundas e terceiras habitações em meio rural. O fenómeno atinge uma dimensão tal que em determinadas áreas a dinâmica da construção parece fazer esquecer as características recessivas da evolução da população residente (mapa 4).

A população residente revela também, particularmente a mais jovem, comportamentos em que a necessidade de ocupar os tempos livres conduz à generalização de novos hábitos de consumo. Assim, não só proliferam estabelecimentos recreativos (bares, restaurantes, discotecas) como surgem equipamentos de tipo desportivo (piscinas, pavilhões polidesportivos, campos de jogos) e culturais (bibliotecas, salas de espectáculos). Qualquer destas situações ajuda a reforçar o carácter terciário destas regiões (mapa 6).

### *iii) As inovações nas tecnologias de comunicação*

As oportunidades criadas pelo desenvolvimento das "info-estruturas" em campos tão diversificados como o ensino, a medicina, o comércio e o trabalho em geral, são ainda mal conhecidas.

A Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação calcula que em Portugal já existem mais de 100 mil pessoas que trabalham a partir de casa utilizando as telecomunicações<sup>3</sup>. Isto não significa que as pessoas estejam permanentemente em casa, mas que uma boa parte do seu trabalho pode ser executado em qualquer lugar desde que tenha acesso a um computador e a uma rede de telefone. Esta evolução nas condições de trabalho de grupos muito específicos (geralmente emprego muito qualificado) pode ajudar a construir uma nova realidade sócio-territorial em que a distância física deixa de ter importância e passam a ser valorizados aspectos de nível qualitativo associados à localização ou tipo de habitação. Por outro lado, de acordo com inquéritos realizados (Alves, Pereira e Pires, 1999) a disponibilidade para aderir a este tipo de trabalho depende muito de factores como a qualidade da habitação ou a existência de barreiras à mobilidade. Trabalhar em casa pressupõe a existência de um espaço dedicado exclusivamente a esta função, o que não é compatível com casas de pequena dimensão. Por outro lado, para ficar em casa ou a pessoa tem um motivo muito forte – acompanhar uma criança ou uma pessoa doente, ter dificuldades acrescidas de mobilidade – ou tem de ter condições de habitabilidade muito confortáveis que tornem atraente permanecer mais horas em casa – grande dimensão, jardim ou espaços ao ar livre, piscina, bom enquadramento paisagístico.

As novas tecnologias de comunicação poderão, pelo menos teoricamente, vir a permitir comportamentos mais "livres" em termos de opções de localização quer por

---

<sup>3</sup> Expresso, 1 de Junho de 2001.

parte das habitações quer por parte das próprias empresas. As regiões com grande qualidade em termos de ambiente ou em termos de património cultural, podem vir a ser no futuro as grandes beneficiadas. Este tipo de tecnologias parece vir a contribuir de forma clara para a superação das desvantagens e para uma real integração das áreas mais remotas mas que dispõem deste tipo de amenidades.

Ao nível da prestação de serviços as experiências em curso são particularmente relevantes em domínios como a telemedicina – com descentralização da prestação de serviços servindo as populações de áreas mais remotas; a administração pública – com as Lojas do Cidadão, os pontos de acesso nos postos dos Correios, ou o sistema de informação ao contribuinte.

A utilização das novas tecnologias de comunicação pressupõe uma mudança radical no modo como são produzidos e no modo como podem ser consumidos os serviços. Estamos perante situações em que à produção concentrada num ponto pode corresponder o consumo disperso no território – como acontece com os serviços bancários, em que estas tecnologias levaram à perda de autonomia das unidades dispersas no território, sem que os consumidores disso se apercebessem. Mas o contrário também pode acontecer – o exemplo dos *call centers* – localizados de forma dispersa no território podem dirigir a sua actividade para pontos específicos ou para determinados tipos de população ou de empresas.

As facilidades associadas a estas tecnologias permitem que o mailing para a publicitação de uma conferência internacional organizada pela Regional Studies Association, com sede no Reino Unido, tivesse origem primeiro de Hong Kong e depois da Malásia, procurando assim tirar proveito dos custos mais reduzidos.

Estamos perante uma nova lógica em que o relacionamento das pessoas, das instituições e das empresas depende cada vez menos da posição física no espaço dos lugares, para se jogar ao nível dos espaços dos fluxos (Castels, 1997 e 1998).

#### **4. A emergência de novas relações sócio-culturais**

Assistimos nos últimos anos à emergência de novas relações sócio-culturais em que domina a prioridade ao espaço verde, o regresso à vida natural, aos alimentos de qualidade, às actividades ao ar livre. Alguns autores defendem que este discurso revela a importância da mulher nas decisões actuais onde faz valer um certo bom-senso e uma lógica contrária ao imediatismo e ao curto prazo. Ao mesmo tempo, as mudanças em curso são o resultado da emergência de um grupo social ligado às

actividades dos serviços que impõe nas áreas rurais lógicas diferentes das que dominavam quando estas áreas eram iminentemente agrícolas.

*i) Um discurso favorável aos espaços rurais*

Nos últimos anos assistimos ao surgimento de um discurso favorável aos espaços rurais, onde sobressai a prioridade ao espaço verde, ao retorno à vida natural, ao prazer da calma, às actividades ao ar livre.

Até há bem pouco tempo o conceito de espaço urbano esteve associado ao lado positivo do desenvolvimento económico, social e político. A capacidade de produzir bens manufacturados e de oferecer serviços transformou a cidade no paradigma de divisão do trabalho e da criação de excedentes. Pelo contrário as áreas rurais representavam precisamente o oposto e só conseguiam reabilitar a imagem quando cultivando cada vez menores superfícies e ocupando um volume cada vez menor de força de trabalho conseguiam oferecer mais alimentos à população ou matérias primas às actividades consideradas urbanas. Estas relações de força parecem, todavia, vir alterar-se nos últimos anos.

Até aos anos 70 só nas cidades se podia disfrutar de infra-estruturas e equipamentos colectivos, de bens e serviços modernos. A partir do momento em que se passou a ter uma percepção das mudanças na vida das áreas rurais, o discurso suavizou-se e até surgiu um certo discurso anti-urbano.

Face à falência do modelo produtivista –veja-se a crise alimentar e a falta de confiança dos consumidores nos produtos da agricultura industrializada - a imagem das áreas rurais parece estar a ser recuperada quanto mais não seja como garante da qualidade e originalidade dos modos de produção e dos géneros de vida.

O retorno à vida nos campos não quer dizer que as pessoas deixam de ter modos de vida, consumos e hábitos classificados geralmente como urbanos, porque no princípio apareciam associados às populações que viviam em áreas urbanas. Este movimento foi determinante para esbater os contrastes entre áreas rurais e urbanas. A difusão de ideias através dos meios de comunicação, particularmente a televisão, e a facilidade de circulação de pessoas, bens e serviços, alterou radicalmente a posição relativa das diversas regiões. Mesmo nas áreas mais tipicamente rurais há mudanças na paisagem pois apesar de se manterem grandes extensões dedicadas ou à agricultura ou com espaços verdes crescem os espaços dedicados a outras funções. O acréscimo enorme de mobilidade de pessoas, bens e informação ajudou a esbater

as características das comunidades locais e abriu as áreas rurais a novos usos, costumes e valores.

A inovação social deixou de ser apanágio exclusivo das áreas urbanas. Novas relações de poder e novas redes de actores passaram a entrecruzar áreas rurais e urbanas. O movimento de populações, a diferentes escalas, contribuiu de forma decisiva para a interpenetração de modos de vida e para estimular trocas de experiências a todos os níveis.

De qualquer forma um grupo, ainda que reduzido de pessoas, começou a mudar a sua filosofia de vida dando prioridade à vida em espaços pouco humanizados, em casas individuais, actividades ao ar livre e em plena tranquilidade. A esta mudança de valores está de certo modo associada o crescimento dos novos “medos” como a poluição, a comida estandarizada, as doenças do “stress”, a insegurança e a droga, que têm maior expressão nas áreas urbanas<sup>4</sup>. Perante perigos colectivos, de controlo duvidoso, o retorno à natureza configura quase sempre uma reacção tipicamente individualista. A integração desta população com a população residente é, em geral, limitada a pessoas do mesmo nível sócio-cultural.

## *ii) O papel das mulheres na valorização dos espaços rurais*

Para determinados autores o papel das mulheres na valorização dos espaços rurais é fundamental. Até há bem pouco tempo o trabalho e a produtividade foram os valores centrais da sociedade. A entrada das mulheres na vida pública transformou as regras da rendibilidade pura e trouxe, definitivamente, a concepção utilitária de vida, com novas exigências em termos de qualidade que podem ser associadas à qualidade de vida das áreas rurais.

A este facto podemos ainda associar uma certa sensibilidade feminina orientada mais para uma visão de longo prazo, o que de certo modo parece traduzir-se no privilegiar de uma perspectiva de desenvolvimento, centrada na sustentabilidade, procurando não pôr em risco os recursos das gerações futuras.

Ao mesmo tempo sendo as mulheres um dos grupos mais sacrificados pelas contingências da vida nas grandes concentrações urbanas é natural que a sua reacção seja no sentido de promover algo que permita ter uma vida mais calma, sem a correria diária para fazer face ao trabalho doméstico e ao trabalho fora de casa.

---

<sup>4</sup> Nos anos 60, já Elis Regina tinha uma canção onde dizia “quero ter uma casa onde possa ver meus filhos crescer longe...”

iii) A “classe dos serviços”

Muitas das modificações económicas e sociais em curso nas áreas rurais estão directamente relacionadas com transformações decorrentes do crescimento de grupos sociais ligados aos serviços.

A expansão dos serviços à colectividade (educação, saúde e administração), dos serviços pessoais (restauração, comércio, reparações) e dos serviços às empresas fixou fora dos grandes centros urbanos uma classe-média que dispõe de salários relativamente elevados, segurança no emprego e um nível apreciável em termos de instrução.

Esta classe dos serviços exerce uma influência forte sobre a natureza social e física do meio rural. Por um lado, domina o mercado imobiliário, provocando uma inflação, que nalguns casos acaba por expulsar algumas das famílias autóctones, que têm de sair para outras áreas, nomeadamente para as urbanas. Por outro lado, ganha o controlo do desenvolvimento local, protegendo quem se identifica com os seus ideais de desenvolvimento que, geralmente, nada têm a ver com a agricultura. Por fim, contribuem de forma definitiva para a transformação das áreas rurais em territórios de consumo. Altamente consumidores de espaço, as atitudes e comportamentos destes grupos sociais vão ser determinantes nas opções do ordenamento territorial.

**Serviços de desporto e lazer, freguesias servidas na Região Centro**

Tipos de Funções		Freguesias servidas		Variação 1994-98
		Nº	%	%
Desporto e lazer	Grandes Campos de Jogos	709	63,9	20,2
	Associações Desportivas/Clubes	850	76,6	21,8
	Piscina (coberta, descoberta)	138	12,4	40,8
	Salas de Desporto e Pavilhões	311	28,0	42,0

Fonte : INE

Em face dos padrões de consumo deste grupo de habitantes crescem, um pouco por todo o território as funções de educação, desporto, cultura e lazer.

**Serviços de cultura e lazer, freguesias servidas na Região Centro**

Tipos de Funções		Freguesias servidas 1998		Variação 1994-98
		Nº	%	%
Cultura e lazer	Biblioteca Aberta ao Público	200	18,0	3,6
	Associação Desportiva, Clube	850	76,6	21,8
	Imprensa Local	165	14,9	-
	Jornal diário	338	30,5	-
	Salão de Festas	712	64,2	-
	Rádio Local	63	5,7	-6,0
	Escola de Música, Dança e Outras Artes	275	24,8	-5,8

Fonte : INE

Estas mudanças sociais e económicas trouxeram pressões sobre os recursos rurais e provocaram a necessidade de re-avaliar as políticas para estas áreas. Nos anos 80, assistiu-se a um reassumir de estratégias de re-regulação, particularmente, em relação à sustentabilidade e a conservação do ambiente. Assim, surgiram iniciativas, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional, com vista à protecção da água (poluição) e dos solos (erosão). Ao nível local, a crescente consciencialização do valor do meio natural e do ambiente suscitaram movimentos que reafirmaram a importância dos poderes públicos no controlo do processo de mercantilização destes recursos, desenvolvendo políticas visando de algum modo protegê-los.

**Serviços relacionados com o ambiente, freguesias servidas na Região Centro**

Tipos de Funções		Freguesias servidas 1998		Variação 1994-98
		Nº	%	%
Ambiente	Águas Residuais Submetidas a Tratamento	314	28,3	55,4
	Abastecimento de Água Tratada	650	58,6	-
	Recolha de Lixo	1106	99,7	1,0
	Rede de Distribuição Domiciliária de Água	1043	94,0	5,2
	Rede de Saneamento	720	64,9	-

Fonte : INE

A generalização dos serviços relacionados com o ambiente é um dos reflexos deste processo, particularmente, a questão das redes de saneamento e do tratamento das águas residuais e dos lixos.

## 5. Conclusão

A dicotomia urbano/rural está a dar lugar a novas formas de organização do território. Se o rural era por excelência a forma de organização da sociedade dominada pelas actividades primárias, as grandes conurbações urbanas foram por excelência a expressão no território do modelo de desenvolvimento baseado na grande indústria capitalista. Os modelos que hoje emergem são diferentes, pois o desenvolvimento de uma região baseia-se cada vez mais em actividades desmaterializadas que têm como factores de localização aspectos muito diversos dos do passado.

Em termos estritamente físicos podemos continuar a distinguir áreas com baixas densidades populacionais que podemos associar a determinadas formas de ruralidade, mas estas tanto podem surgir em áreas remotas do interior como em plena Área Metropolitana de Lisboa.

Em termos de actividades económicas, com o quase desaparecimento da agricultura, encontramos áreas que em termos físicos se caracterizam pela rarefacção e os serviços são tão relevantes como actividades da população residente como nas áreas urbanas.

Quando centramos as diferenças na questão da maior ou menor facilidade de acesso a determinados bens e serviços, constatamos por exemplo que as listas de espera para uma intervenção cirúrgica são menores nas áreas menos congestionadas do interior. Uma vez construídas as redes fundamentais de equipamentos a acessibilidade melhora francamente nas áreas com menores níveis populacionais, enquanto que nas grandes concentrações urbanas os problemas de congestionamento se acentuam com o envelhecimento da população.

Se a distinção rural – urbano resulta da diversidade de comportamentos, atitudes, valores, a questão deixou de se colocar entre os grupos etários mais jovens. A normalização associada às novas práticas sociais e ao nivelamento proporcionado pelos meios de comunicação de massas, associa-se também a um crescimento dos meios económicos no dito meio rural que permite aceder a novos níveis de consumo. Relatórios como os produzidos pelo INE sobre o Poder de Compra Concelhio revelam, em virtude dos indicadores escolhidos, o “poder de venda” pois avalia a oferta e não o consumo. Por outro lado, as contas regionalizadas não têm em conta o autoconsumo, com grande significado nos meios ditos rurais. Quando falamos em autoconsumo



estamos a referir-nos quer aos produtos para autoconsumo doméstico, quer ao autoconsumo nos sistemas produtivos da agricultura o que leva a uma sub-avaliação da real dimensão económica deste sector e da sua contribuição para o dinamismo sócio-territorial.

A dificuldade que temos em classificar as áreas em rurais e urbanas resulta de estarmos a tentar utilizar conceitos de certo modo ultrapassados e que não correspondem às novas formas de organização do território, pois tanto podemos encontrar “verdadeiras áreas rurais” dentro de áreas classificadas como metropolitanas, como podemos ter níveis de vida e de acesso a bens serviços mais elevados em áreas que podemos considerar remotas pela distância física aos grandes centros urbanos.

Pela acção combinada de diversos factores (a generalização do carro privado, a mecanização de agricultura, a redução progressiva do tempo de trabalho à medida que aumenta a sua intensidade, as inovações tecnológicas, com particular evidência das telecomunicações e dos médias e a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho), não só se superam, de maneira incontornável e mesmo irreversível, parte dos grandes constrangimentos de mobilidade, como também acabam por condicionar e alterar os códigos da nossa sociedade, moldando-os e gerando uma necessidade progressiva de liberdade. Esta liberdade que se traduz na crescente diversidade dos comportamentos acaba por proporcionar uma multiplicidade de escolhas em termos de modos de vida que permitem perspectivar utilizações, dos diversos tipos de território, cada vez mais diversificadas e inovadoras.

Estamos assim perante um novo paradigma em termos territoriais de que o desenvolvimento dos serviços nas ditas áreas rurais é apenas um aspecto e que se traduz acima de tudo por uma diversidade de novos modos de vida dependentes do novos contextos territoriais associados a factores de qualidade e de desmaterialização das relações de apropriação.

## **Bibliografia**

- ALLANSON, P.; WHITBY, M. (1996), *The Rural Economy And The British Countryside*, Earthscan Publications Ltd, London.
- ALLEN, JOHN; MASSEY, DOREEN; COCHRANE, ALLAN (1998) *Rethinking the Region*. Routledge, London.

- ALVES, T. (1999) – «Os serviços relacionados com o ambiente como uma alternativa para a Beira Interior» *Actas do Seminário O Ambiente e os Recursos Naturais na Beira Interior*. Idanha-a-Nova.
- ALVES, T. (2000), "Territorial Planning in Portugal" *Planning Research 2000*. LSE, London.
- ALVES, T. (2001), "Les services en milieu rural au Portugal – facteurs de changements et de développement" Colloque Dynamique Rurale, Environnement et Strategies Spatiales, Université Paul Valéry, Montpellier.
- ALVES, T.. (2001), "Serviços e áreas rurais: dinâmicas de transformação do território na Região Centro de Portugal" *VIII Encontro APDR*, Vila Real.
- ALVES, T. (2001), "Multifuncionalidade e desenvolvimento nas áreas rurais em Portugal" *IV Colóquio Hispano-Português de Estudios Rurales: La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Península Ibérica*, Santiago de Compostela.
- ALVES, T. , PEREIRA, L. (2000), "Era do Conhecimento: Perspectivas de um País Periférico" *Repensar Portugal, Perspectivas de um País Periférico no Limiar do Século XXI*. CEG, Lisboa.
- ALVES, T., COSTA, E. E PIRES, I. (1998), "O quotidiano nas cidades médias - os casos de Aveiro e Viseu" *Actas Iº Congresso da Sociologia Económica Portuguesa*, SOCIUS, Lisboa.
- ALVES, T., PEREIRA, L. (2001) – "The decentralization of the public administration in Portugal and the development of services in rural areas" in *Planning Research 2001*. Liverpool University and Liverpool John Moores University, Liverpool.
- ALVES, T.; PEREIRA, L.; PIRES, I. (1999) "Novas Formas de Organização do Trabalho: o Teletrabalho" *Actas do VIII Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho*, Lisboa.
- ALVES, Teresa, PIRES, Iva (1990) *Serviços em Portugal*, CEG, Lisboa.
- BAILLY, A.; MAILLAT, D. (1989) - *Le Secteur Tertiaire en Question*. Economica, Paris.
- CASTELLS, Manuel (1998) - *End of Millennium*. Oxford, Blackwell.
- CAVACO, C (1993) – "O Mundo Rural em Portugal" *O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural*. MPAT/MA, Lisboa, pp.91-109.
- CAVACO, C (1996) – Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou

utopia?, *Dinamismos económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*. Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra.

EU (1999) – *European Spatial Development Perspective. Towards a sustainable European Union*. document presented by the Committee on Spatial Development at the informal meeting of Ministers responsible for spatial development of the member states of the European Union, 10 May 1999.

GASPAR, J. et al. (1987) – *Portugal – Os Próximos 20 Anos. Ocupação e Organização do Espaço*. FCG, Lisboa.

GASPAR, J. et al. (1998) - *Cidades Médias: Imagem, Quotidiano e Novas Urbanidades*. Relatório de projecto apresentado à DGOTDU, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa (policopiado).

GIDDENS, Anthony, HUTTON, Will, (ed.) (2000) - *On the Edge – Living with Global Capitalism*, Jonathan Cape, London.

MARSHALL, N.; WOOD, P., *Services and Space*. John Wiley & Sons Inc., New York, 1995.

OCDE (1996) – *Indicateurs territoriaux de l'emploi*. Le point sur le développement rural, OCDE, Paris.

URRY, J. (1997), *Consuming places*. Routledge, Londres e Nova York.